

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS**  
**CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**IRAN RONNYÊ FURTADO SARMENTO**

**AS ALTERAÇÕES NOS PRINCÍPIOS CONTÁBEIS E NA RESOLUÇÃO CFC  
1282/10 SOBRE A PERCEPÇÃO DOS ALUNOS CONCLUÍNTES DE CIÊNCIAS  
CONTÁBEIS DA UFCG CAMPUS SOUSA**

**SOUSA-PB**

**2015**

**Iran Ronnyê Furtado Sarmento**

**As Alterações nos Princípios Contábeis e na Resolução CFC 1282/10 sobre a  
Percepção dos Alunos Concluintes de Ciências Contábeis da Cidade de Sousa  
– UFCG**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Gianinni Martins Pereira Cirne.

**SOUSA-PB**

**2015**

## DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Por este termo, eu, abaixo assinado, assumo a responsabilidade de autoria do conteúdo do referido Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado: “**As Alterações nos Princípios Contábeis e na Resolução CFC 1282/10 sobre a Percepção dos Alunos Concluintes de Ciências Contábeis da Cidade de Sousa – UFCG**”, estando ciente das sanções legais previstas referentes ao plágio. Portanto, ficam, a instituição, o orientador e os demais membros da banca examinadora isentos de qualquer ação negligente da minha parte, pela veracidade e originalidade desta obra.

Sousa, 27 de fevereiro de 2015.

---

Iran Ronnyê Furtado Sarmiento

Autor

**IRAN RONNYÉ FURTADO SARMENTO**

**AS ALTERAÇÕES NOS PRINCÍPIOS CONTÁBEIS E NA RESOLUÇÃO CFC  
1282/10 SOBRE A PERCEPÇÃO DOS ALUNOS CONCLUINTES DE CIÊNCIAS  
CONTÁBEIS DA UFCG CAMPUS SOUSA**

Esta monografia foi julgada adequada para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada na forma final pela Banca Examinadora designada pela Coordenação do Curso de Ciências Contábeis do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal de Campina Grande-PB.

**Monografia aprovada em:**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Professora Gianinni Martins Pereira Cirne – Orientadora

---

Membro Examinador 1

---

Membro Examinador 2

Dedico este trabalho ao meu pai Iranildo, homem humilde e perseverante, a minha mãe Regina, fonte de tranquilidade e renovação, e a Gabriela, mulher encantadora, por toda dedicação oferecida.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, primeiramente, pela saúde e força.

Aos meus pais Francisco Iranildo e Regina Maria, a base de toda a minha vida, pelo apoio em todos os momentos decisivos.

A minha namorada, amiga e colega Gabriela Duarte (Gabi), pela lealdade e carinho, por transmitir segurança quando tudo parecia tão difícil. Eu te amo!

Ao meu irmão Igor, pelos momentos de descontração.

Aos meus avós maternos Joana e Nestor e a minha avó paterna “Dona Senhora”, pelas palavras sábias e aconchegantes pronunciadas nos momentos certos.

Ao meu avô paterno “Ferreirinha” (*in memoriam*), pelo exemplo que deixou enquanto esteve aqui conosco de que a vida vale a pena ser vivida.

Aos meus colegas de trabalho da Gráfica Adesign, especialmente meus patrões Alan e Márcia, pela compreensão e paciência em cada fase desta graduação.

A minha orientadora Gianinni, por dividir comigo suas experiências e seus conhecimentos para elaborarmos este trabalho.

A Samara Cristina (*in memoriam*), pela honra de ter dividido bons momentos com a nossa turma.

A todos os meus familiares, aos meus amigos, aos professores (em especial Fabiano e Dinarte) e funcionários (em especial Eliane e Remédios) da Unidade Acadêmica de Ciências Contábeis - UFCG, pela contribuição direta e indireta para a realização deste trabalho.

Meu muito obrigado!

*“Não se pode chegar à perfeição de alguma coisa senão através dos Princípios que a precedem.” (Quintiliano)*

## RESUMO

Esta pesquisa objetivou analisar a percepção dos alunos concluintes do Curso de Ciências Contábeis da UFCG em relação aos Princípios Contábeis e às alterações advindas da Resolução nº 1282/10 do Conselho Federal de Contabilidade. Estes são a base da contabilidade brasileira atual desde a adoção do processo de convergência às normas internacionais de contabilidade. Quanto à tipologia, a pesquisa caracteriza-se por ser descritiva, possuindo abordagem qualitativa. O universo da pesquisa é composto por 43 alunos, dos quais 35 contribuíram com a pesquisa, amostra essa por acessibilidade. As informações relacionadas à percepção dos Princípios e a resolução que os consolida, foram coletadas através de questionários. O resultado mostrou o domínio isolado por parte dos alunos em relação a determinados princípios, sendo os mais dominados o Princípio da Continuidade, do Registro pelo Valor Original, da Competência e da Prudência, porém o dado que chamou a atenção é que a maioria disse não estar preparado para trabalhar com o subjetivismo de uma contabilidade firmada em princípios. Logo, o resultado aponta que os alunos concluintes ainda não possuem conhecimento suficiente acerca dos Princípios de Contabilidade além de apresentarem nível de segurança insuficiente para aplicação dos mesmos como futuros profissionais da área contábil.

**Palavras-Chaves:** Princípios de Contabilidade. Processo de Convergência. Futuros Profissionais.



## **ABSTRACT**

This study aimed to analyze the perception of undergraduate students of the Course of Accounting UFCG in relation to accounting principles and alterations caused by Resolution No. 1282/10 of the Federal Accounting Council. These are the basis of the current Brazilian accounting since the adoption of convergence with international accounting standards. Regarding the types, the research is characterized by being descriptive, having qualitative approach. The research sample consists of 43 students, 35 of which contributed to the survey, sample this accessibility. Information regarding the perception of Principles and the resolution that consolidates were collected through questionnaires. The result showed the isolated area by the students for certain principles, the most dominated the continuity principle, the registration by the Original Value, Racing and Prudence, but given that caught my attention is that most did not say be prepared to work with the subjectivism of accounts signed in principles. Therefore, the result indicates that the graduating students do not have sufficient knowledge yet about Accounting Principles besides having insufficient security level to implement them as future professionals in accounting.

**Word-key:** Accounting Principles. Process of convergence. Professionals future

## LISTAS DE TABELAS

Tabela 1: Gênero .....	36
Tabela 2: Faixa etária .....	36
Tabela 3: Tempo que está cursando Ciências Contábeis .....	37
Tabela 4: Disciplinas obrigatórias e os princípios de contabilidade .....	37
Tabela 5: Princípio revogado pela Resolução CFC nº 1282/10.....	38
Tabela 6: Código de Ética Profissional do Contador .....	39
Tabela 7: Princípio da Entidade .....	39
Tabela 8: Princípio da Continuidade .....	40
Tabela 9: Princípio da Oportunidade .....	40
Tabela 10: Custo Histórico e Variação do Custo Histórico .....	41
Tabela 11: Princípio do Registro pelo Valor Original .....	42
Tabela 12: Princípio da Competência .....	42
Tabela 13: Princípio da Prudência .....	43
Tabela 14: Participação em curso/palestra sobre princípios.....	44
Tabela 15: Nível de segurança .....	44

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
IASB	<i>International Accounting Standards Board</i> (Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade)
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
NBC	Normas Brasileiras de Contabilidade
<i>US GAAPS</i>	<i>United States Generally Accepted Standards</i>

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
1.1 Delimitação do tema e problemática .....	15
1.2 Objetivos.....	16
1.2.1 <i>Objetivo Geral</i> .....	16
1.2.2 <i>Objetivos Específicos</i> .....	16
1.3 Justificativa .....	16
1.4 Procedimentos metodológicos .....	18
1.4.1 <i>Quanto aos procedimentos</i> .....	18
1.4.2 <i>Quanto à abordagem</i> .....	19
1.4.3 <i>Quanto aos fins</i> .....	19
1.4.4 <i>Universo da pesquisa e amostra</i> .....	20
1.4.5 <i>Coleta e análise dos resultados</i> .....	20
1.4.6 <i>Tratamento dos dados</i> .....	21
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>22</b>
2.1 Contabilidade .....	22
2.1.1 <i>Usuários da Informação Contábil</i> .....	23
2.2 Princípios .....	23
2.2.1 <i>Princípios de Contabilidade Geralmente Aceitos nos Estados Unidos</i> .....	23
2.2.2 <i>Princípios de Contabilidade no Brasil</i> .....	24
2.2.2.1 <i>Princípio da Entidade</i> .....	26
2.2.2.2 <i>Princípio da Continuidade</i> .....	27
2.2.2.3 <i>Princípios da Oportunidade</i> .....	29
2.2.2.4 <i>Princípio do Registro Pelo Valor Original</i> .....	30
2.2.2.5 <i>Princípio da Competência</i> .....	32
2.2.2.6 <i>Princípio da Prudência</i> .....	32
2.2.3 <i>Estudos Anteriores</i> .....	33

<b>3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS</b> .....	<b>35</b>
3.1 Perfil dos entrevistados .....	36
3.2 Análise dos princípios contábeis e suas alterações .....	37
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>46</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>48</b>
<b>APÊNDICE – QUESTIONÁRIO ELABORADO PARA A PESQUISA</b> .....	<b>51</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A Contabilidade, por meio de suas técnicas, tem como objetivo controlar e estudar fatos provenientes da gestão patrimonial das empresas econômico-administrativas.

Existem diversos modelos contábeis: o Modelo Anglo-Saxão ou Britânico-Americano, o Modelo Continental, o Modelo Sul-Americano e o Modelo de Economia Combinado. Contudo, não se pode caracterizar um modelo contábil como melhor ou pior do que outro, embora, um país que apresenta bons índices de desenvolvimento econômico e social, exerce uma influência maior sobre outros países em relação às práticas contábeis adotadas (NIYAMA, SILVA, 2013).

Inicialmente, no Brasil, a contabilidade buscou referências na Escola Europeia de Contabilidade, especialmente a italiana e a alemã. Somente algumas décadas depois, a expansão de multinacionais em território nacional, dentre outros fatores, permitiu a penetração da Escola Contábil Americana.

São dois os modelos contábeis de destaque segundo Nobes e Parker *apud* Lima; Nascimento (2010, p. 6): “o modelo Anglo-Saxão que tem como integrantes: Inglaterra, País de Gales, Irlanda, Escócia, Austrália, Nova Zelândia, Estados Unidos, Canadá, Malásia, Índia, África do Sul e Cingapura” e “o modelo continental que é formado por: França, Alemanha, Itália, Japão, Bélgica, Espanha, Países do Leste Europeu e Países da América do Sul”.

São características do modelo Anglo-Saxão: profissão contábil forte e atuante; mercado de capitais sólido, para obtenção dos recursos; interferência mínima do governo na definição das práticas contábeis; e demonstrações financeiras voltadas aos investidores. São características do modelo Continental: profissão contábil fraca e pouco atuante; interferência máxima do governo na determinação dos padrões contábeis; demonstrações financeiras voltadas aos credores e ao governo; e importância de bancos e instituições financeiras, especialmente as governamentais (NIYAMA, 2009).

Ao longo dos anos, observa-se que em várias partes do mundo foram surgindo novas necessidades de controle, e a escolha pelo melhor método de registro das transações passaram a ser feitas com base na maioria das escolhas tomadas pelos profissionais mais antigos, e acabaram se tornando regras, atualmente conhecidas como princípios, constituindo arcabouço teórico de sustentação da contabilidade.

Em todo o mundo, vários países participam do processo de convergência das normas de contabilidade locais para as normas de contabilidade internacionais, na busca pela padronização das normas de contabilidade.

O ano de 2008 reproduziu um marco na trajetória do Brasil rumo à convergência às normas internacionais de contabilidade (LIMA, 2011). O processo de convergência brasileiro começou na década de 90 com a emissão de regras pela Comissão de Valores Mobiliários e outras entidades. Em 2008, ocorreu a adoção parcial com a Deliberação nº 565, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 13, que tem por objetivo especificar procedimentos para registros com base na lei societária e nas normas contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Países da União Europeia adotaram obrigatoriamente as normas internacionais de contabilidade desde 2005, já as empresas brasileiras adotaram as normas em duas etapas (SILVA; NARDI, 2014).

A primeira etapa do processo de convergência brasileiro, privilegiou a regulamentação das alterações promovidas pela Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404 - aplicadas nas demonstrações contábeis dos exercícios de 2008 e 2009. Foram emitidos os pronunciamentos técnicos 1 a 14, em 2008. A segunda etapa concluiu a conversão por meio da adoção de todos os pronunciamentos nas demonstrações de 2010.

Em 1993, a edição da Resolução nº 750 pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, que definia os Princípios Fundamentais de Contabilidade (nomenclatura revogada), foi significativa para o avanço da contabilidade brasileira. No entanto, no dia 28 de Maio de 2010, a mudança na Resolução CFC nº 750/93 para a Resolução CFC nº 1282/10, acarretou modificação aos novos princípios. A reformulação dos Princípios de Contabilidade ocorreu conforme as necessidades determinadas pelos novos parâmetros da contabilidade internacional.

O processo de convergência das normas contábeis brasileiras ao padrão internacional, dentre outros aspectos, pode ser caracterizado como um processo de migração de um padrão no qual prevalece a essência sobre a forma e onde as normas tem maior base nos princípios do que nas regras (MACEDO; MACHADO, M. A. V.; MACHADO, M. R., 2010).

Diante das alterações ocorridas, a Contabilidade no Brasil passou a ter por base os Princípios de Contabilidade. Agora, os contadores precisam analisar mais antes de poder efetuar os procedimentos contábeis.

## 1.1 Delimitação do Tema e Problemática

“A contabilidade vem estabelecendo-se como disciplina acadêmica ao longo do século XX com relativo sucesso, de forma que a maior parte das grandes universidades do mundo possui programas de pesquisa em contabilidade” (LOPES; MARTINS, 2005, p.3).

No Brasil, os cursos superiores de Ciências Contábeis vêm ganhando cada vez mais espaço, impulsionado, entre vários fatores, pela implantação da Lei nº 4.024 de 1961, revogada pela Lei nº 9.394 de 1996 que estabelece bases e diretrizes da educação nacional, e pela fixação através de Resolução CFC nº 1282/10 de conteúdos mínimos e a duração dos cursos de Graduação para Ciências Contábeis.

Como em toda ciência estudada em cursos superiores, na contabilidade prevalecem princípios, denominados Princípios de Contabilidade.

Princípios de Contabilidade, antes Princípios Fundamentais de Contabilidade, segundo Niyama; Silva (2013, p. 92), “representam a essência das doutrinas e teorias relativas à Ciência da Contabilidade, consoante o entendimento predominante nos universos científico e profissional de nosso país”.

Princípios são os pilares de uma ciência. Portanto, de acordo com a Resolução CFC nº 774/94, na Contabilidade, os princípios, obedecidos pelos profissionais da área contábil, aplicam-se a todos os patrimônios, independente da Entidade, dos fins para as quais são usados, da forma jurídica, da localização e das demais características, contanto que possuam autonomia em comparação aos demais patrimônios.

Princípios de Contabilidade, de acordo com a Resolução CFC nº 1282/10, reproduzem a ideia principal dos estudos baseados na Ciência Contábil mediante a interpretação que predomina no campo profissional e no campo científico.

Para que as demonstrações contábeis atinjam o objetivo de fornecer informações, sobre a posição financeira da entidade, é necessário identificar e obedecer aos princípios para que as informações contábeis atendam as necessidades dos usuários. Dessa maneira, os profissionais devem manifestar as características impostas pelos Princípios de Contabilidade, essenciais à administração, integridade e relevância.

Os concluintes em Ciências Contábeis devem possuir o entendimento que, como futuros profissionais da área contábil, não é suficiente contabilizar o que está escrito, como também assegurar de que os documentos contábeis estejam em consonância à essência econômica



dos fatos nele registrados, visto que a contabilidade será adotada por princípios e não por normas.

A profissão contábil, nos últimos anos, tem se mostrado bastante promissora. Diante do cenário de mudanças dos cursos superiores de Ciências Contábeis e do advento da Resolução CFC nº 1282/10, o problema a ser focado é: Qual a Percepção dos Alunos Concluintes de Ciências Contábeis da UFCG Campus Sousa acerca das alterações nos princípios contábeis e na Resolução CFC nº 1282/10?

## **1.2 Objetivos**

### *1.2.1 Objetivo Geral*

Verificar a percepção dos alunos concluintes do Curso de Ciências Contábeis da cidade de Sousa da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG em relação às alterações nos princípios contábeis e na Resolução CFC nº 1282/10.

### *1.2.2 Objetivos Específicos*

- Verificar as principais alterações ocorridas na Resolução CFC nº 750/93 com a aprovação da Resolução CFC nº 1282/10;
- Identificar o quantitativo de disciplinas ofertadas que estejam relacionadas aos princípios de contabilidade;
- Consultar estudos relacionados à contabilidade baseada em princípios;
- Destacar faixa etária, gênero e tempo de curso dos concluintes;
- Avaliar a percepção dos alunos em relação ao domínio e conhecimento dos princípios de contabilidade.

## **1.3 Justificativa**

Para Sá (2000, p. 13):

A palavra princípios, em nosso idioma, tem acepções variadas. No singular emprega-se com o significado de “origem”, “começo”, e também, “regra a seguir”, “norma”. No plural tem o significado de “elementos”, “rudimentos”,

convicções”. As palavras têm sentidos comuns (de utilização empírica, usual) e têm os que lhes são atribuídos especialmente, nas tecnologias, nas ciências, nos casos particulares.

De acordo com Lopes; Martins (2005, p.129):

“Os princípios são o núcleo central da teoria contábil e estruturam a resposta da contabilidade aos seus desafios na busca de atingir aos seus objetivos dentro do ambiente delimitado pelos postulados fundamentais. Assim, os princípios têm o papel de orientar efetivamente os procedimentos contábeis definindo a produção dessa informação”.

Os Princípios de Contabilidade são um acordo, formado ao longo do tempo, sobre a forma de se fazer contabilidade.

Conforme o Art. 1º, § 2º, da Resolução CFC nº 1282/10, “A observância dos Princípios de Contabilidade é obrigatória no exercício da profissão e constitui condição de legitimidade das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC)”.

Nunes; Costa (2013), afirmam que a vigência de uma lei baseada em princípios a serem adotados, e outra baseada em orientações que se adequem às necessidades dos usuários, cria a possibilidade de problemas para alunos, professores e profissionais que fazem uso das normas e necessitam fornecer informações contábeis úteis aos usuários e entidade.

O Código de Ética Profissional do Contador estabelece a observação da legislação vigente, inclusive define como proibição: “aconselhar o cliente ou o empregador contra disposições expressas em lei ou contra os Princípios de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade”.

Atender aos Princípios de Contabilidade é obrigação legal dos profissionais contábeis, podendo sofrer penalidades ou até mesmo ser desligado das atividades relativas à contabilidade, pelo Conselho Federal de Contabilidade, o profissional que não cumpri-las, mesmo que estas punições ainda sejam polêmicas devido às divergências existentes entre as normas da CVM, às quais as companhias abertas estão subordinadas.

“Numa visão mais ampla, há uma expectativa de que o ensino superior possa, por meio de formação de competências, contribuir para o melhor desempenho do sistema social”. (SACHUK; SHINZAKI, 2007, p. 111)

Um progresso constante, duradouro, equilibrado e que não dependa apenas de adaptações de princípios norte-americanos de contabilidade ou do International Accounting Standarts Board - IASB, somente seria possível com a ocorrência das seguintes circunstâncias, ressaltadas por Ludícibus (2009, p. 24):

1. Nossas entidades representativas de contadores necessitarão realmente continuar um trabalho de profundidade sobre pesquisa de princípios contábeis. [...] 2. Será necessário que nossos técnicos de Contabilidade se dirijam, em massa, para os bons cursos de Ciências Contábeis, a fim de obterem uma formação realmente completa. [...] 3. Nossas instituições de pesquisa, principalmente as universidades, precisam dedicar fundos e esforços à pesquisa contábil, no sentido de treinar, manter e atualizar seu corpo docente, com boa participação de docentes que se dediquem integralmente à universidade. [...]

O presente trabalho se justifica na relevância do tema que envolve o atendimento aos princípios de contabilidade e o nível de conhecimento dos concluintes em ciências contábeis sobre esses princípios, pois como futuros profissionais da área contábil é fundamental que os estudantes assimilem a essência dos Princípios de Contabilidade na fase de graduação, para praticarem contabilidade com ética e fundamentada em princípios.

#### **1.4 Procedimentos Metodológicos**

Segundo Kauark; Manhães; Medeiros (2010, p. 53):

A metodologia é a explicação minuciosa, detalhada, rigorosa e exata de toda ação desenvolvida no método do trabalho de pesquisa. É a explicação do tipo de pesquisa, do instrumental utilizado, do tempo previsto, da equipe de pesquisadores e da divisão do trabalho, das formas de tabulação e tratamento dos dados, enfim, de tudo aquilo que se utilizou no trabalho de pesquisa.

Neste capítulo argumenta-se a respeito do enquadramento metodológico da pesquisa e dos procedimentos metodológicos adotados para a execução do trabalho. Para tanto, foram adotadas duas etapas: Na 1ª, identificar as principais alterações ocorridas na Resolução CFC nº 750/93 com a aprovação da Resolução CFC nº 1282/10 e descrever os Princípios de Contabilidade conforme essa resolução; Na 2ª, verificar a percepção dos alunos do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Campina Grande Campus Sousa acerca desses princípios e identificar a quantidade de disciplinas ofertadas relacionadas aos Princípios de Contabilidade.

##### *1.4.1 Quanto aos procedimentos*

Quanto aos procedimentos, classifica-se por bibliográfica, uma vez que, foram realizadas leituras de materiais impressos e eletrônicos como artigos, teses e revistas relacionadas ao tema.

A Pesquisa Bibliográfica consiste num tipo de trabalho no qual o pesquisador utiliza publicações impressas ou eletrônicas, usufruindo de fontes encontradas em bibliotecas universitárias, municipais e particulares, secretarias de determinadas instituições, redações de jornais, estabelecimentos, clubes, *lan-houses* e outros locais (MARTINS JUNIOR, 2008).

#### *1.4.2 Quanto à abordagem*

Quanto à abordagem, classifica-se como qualitativa, considerando que primeiramente foram obtidas informações para, em seguida, solucionar o problema estudado.

Conforme Kauark; Manhães; Medeiros (2010, p. 26), a pesquisa qualitativa:

Considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. (...) O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave.

#### *1.4.3 Quanto aos fins*

Quanto aos fins, classifica-se como pesquisa descritiva, que para Gil (2008), é um tipo de pesquisa com o objetivo primordial de descrever as características de uma dada população, ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Vários estudos podem ser elencados sob este título que tem como uma de suas características marcantes a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

A pesquisa descritiva pretende encontrar e observar fenômenos existentes em um período de tempo determinado, buscando descrever, classificar, comparar, interpretar e avaliar esses fenômenos com o intuito de esclarecimento de situações e idealização de planos e decisões posteriores (MARTINS JUNIOR, 2008).

Nesse sentido, com a pesquisa descritiva esperou-se analisar as Alterações nos Princípios Contábeis sob a Percepção dos Alunos Concluintes de Ciências Contábeis da UFCG Campus Sousa.

#### *1.4.4 Universo da pesquisa e amostra*

A população da pesquisa será referente aos alunos concluintes do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Campina Grande Campus Sousa. Do universo da pesquisa, composto por 43 alunos concluintes, 35 alunos concluintes foram entrevistados, representado 81,4% do total, constituindo amostra não probabilística, definida por acessibilidade. Os dados referentes ao universo da pesquisa foram conseguidos junto à Instituição, adotando como critério de escolha o confronto entre os alunos matriculados na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso -TCC e Gestão Atuarial, que são disciplinas obrigatórias do último período do curso, sendo sua integralização feita na totalidade por concluintes do curso.

De acordo com Gil (2008, p. 89), universo ou população:

É um conjunto definido de elementos que possuem determinadas características. Comumente fala-se de população como referência ao total de habitantes de determinado lugar. Todavia, em termos estatísticos, pode-se entender como amostra o conjunto de alunos matriculados numa escola, os operários filiados a um sindicato, os integrantes de um rebanho de uma determinada localidade, o total de indústrias de uma cidade, ou a produção de televisores de uma fábrica em determinado período.

#### *1.4.5 Coleta e Análise dos Resultados*

O instrumento de pesquisa utilizado na coleta dos dados foi um questionário estruturado com perguntas objetivas e elaboradas com base na literatura consultada, na finalidade de examinar conteúdo relacionado ao problema de pesquisa, a maioria foi aplicada de forma presencial, outros foram aplicados por e-mail.

Na primeira parte do questionário as perguntas foram direcionadas ao perfil dos alunos concluintes do Curso de Ciências Contábeis da cidade de Sousa da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG. Na segunda parte, as questões que irão possibilitar ou não o alcance do objetivo geral e dos objetivos específicos, pois nessas questões, as perguntas possuíam três alternativas como resposta, uma julgada como correta, outra julgada como errada e outras que os respondentes deveriam escolher quando não soubessem responder.

Para Kauark; Manhães; Medeiros (2010, p.58):

O questionário, numa pesquisa, é um instrumento ou programa de coleta de dados. A confecção é feita pelo pesquisador; o preenchimento é realizado pelo informante. A linguagem utilizada no

questionário deve ser simples e direta para que o interrogado compreenda com clareza o que está sendo perguntado.

#### *1.4.6 Tratamento dos dados*

Os dados contidos na pesquisa foram tratados de maneira qualitativa, por meio do programa de tabulação Microsoft Excel, apurados tanto pela frequência, como em porcentagem.

De acordo com Gil (2008, p. 153):

O tratamento dos dados, a inferência e a interpretação, por fim, objetivam tornar os dados válidos e significativos. Para tanto são utilizados procedimentos estatísticos que possibilitam estabelecer quadros, diagramas e figuras que sintetizam e põem em relevo as informações obtidas. À medida que as informações obtidas são confrontadas com informações já existentes, pode-se chegar a amplas generalizações, o que torna a análise de conteúdo um dos mais importantes instrumentos para a análise das comunicações de massa.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Contabilidade

A contabilidade é a ciência que controla o patrimônio através da representação gráfica, da evidenciação de suas variações, do estabelecimento de normas direcionadas a explicação, do exame, da auditoria e suporte base à tomada de decisões dos setores comprometidos com a empresa direta ou indiretamente (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999).

Segundo Iudícibus (2006) a função fundamental da Contabilidade, de prover os usuários dos demonstrativos financeiros com informações para que tomem decisões, não apresentou alterações desde o seu surgimento.

Niyama; Silva (2013), afirmam que a ciência contábil apresenta-se como a expressão principal dos agentes econômicos na procura por investimentos e no exame do risco de suas negociações.

“A Contabilidade não é uma ciência exata. Ela é uma ciência social, pois é a ação humana que gera e modifica o fenômeno patrimonial. Todavia, a Contabilidade utiliza os métodos quantitativos (matemática e estatística) como sua principal ferramenta” (IUDÍCIBUS; MARION, 2002, p.35).

A finalidade dessa ciência social, é controlar o patrimônio, apurar o resultado e fornecer informações sobre o patrimônio e o resultado aos usuários da entidade. As definições de Contabilidade sempre estão voltadas às informações e à tomada de decisões por parte dos seus diversos usuários.

Para que essa ciência não fugisse à finalidade e pudesse atender aos seus usuários em geral, inclusive em transações internacionais, tornou-se necessário um processo de convergência, no qual cada país adaptasse a contabilidade às normas internacionais.

Desvinculação da contabilidade societária dos aspectos tributários e focá-la nas necessidades dos usuários externos; fundamentar o processo de normatização em organismo cujos integrantes fossem usuários, profissionais, pesquisadores e estudiosos de contabilidade; Normas contábeis brasileiras convergentes com as normas internacionais, inclusive com as do IASB, no propósito de que as demonstrações financeiras sejam facilmente compreendidas por outros países; Aumento da transparência e confiança das informações financeiras possibilitando custo mais baixo no alcance das empresas nacionais

às fontes de financiamento no exterior; Estímulo a novos investimentos nacionais; e Aumento da eficiência das demonstrações contábeis. Todos esses, foram objetivos da contabilidade brasileira para alinhar-se ao processo de convergência (LIMA, 2011).

### *2.1.1 Usuários da Informação Contábil*

As informações devem ser apresentadas de maneira que cada um dos diversos tipos de usuários da informação contábil faça uso de acordo com o que necessitam, o que conhecem ou o que esperam (PAIVA, 2009).

Os usuários da contabilidade podem ser classificados em dois grupos: usuários internos e usuários externos. Os usuários internos podem ser representados pelos gerentes, diretores, empregados; e os usuários externos pelos fornecedores, governo, investidores, bancos, acionistas, agências, sindicatos.

Conforme a Deliberação CVM nº 29, usuário é “toda pessoa física ou jurídica que tenha interesse na avaliação da situação e do progresso de determinada entidade, seja tal entidade empresa, ente de finalidades não lucrativas, ou mesmo patrimônio familiar”.

A Contabilidade pode ser feita tanto para pessoa jurídica, como para pessoa física, abrangendo todas as entidades econômico-administrativas, inclusive as pessoas de direito público: União, Estados, Municípios. Portanto, os usuários da contabilidade são as pessoas interessadas na entidade, que empregam as informações contábeis para fins próprios, em caráter transitório ou permanente.

## **2.2. Princípios**

### *2.2.1. Princípios de Contabilidade Geralmente Aceitos nos Estados Unidos*

“Os Princípios de Contabilidade norte-americanos incorporam convenções, regras e procedimentos necessários para definir práticas contábeis aceitas, não se limitando a serem guias de aplicação genéricas, mas partindo para o detalhamento”. (NIYAMA; SILVA, 2013, p. 74).

Em uma definição não semântica Hendriksen; Van Breda (1999) atribuem ao significado de um GAAP não mais do que práticas contábeis com poder substantivo.



Princípios de Contabilidade norte-americanos, conhecidos como Princípios de Contabilidade Geralmente Aceitos nos Estados Unidos ou *United States Generally Accepted Standards – US GAAPS*, são regras, práticas e procedimentos detalhados, nos quais o governo não interfere, utilizados na elaboração das demonstrações financeiras, e que devem ser seguidas por todas as empresas, incluindo empresas de outros países, que pretendam negociar ações e/ou títulos em Bolsa de Valores norte-americana.

A contabilidade baseada em princípios passou a ser praticada no Brasil também, impulsionada pelo processo de convergência às normas internacionais de contabilidade.

### *2.2.2. Princípios de Contabilidade no Brasil*

Segundo Ludícibus; Marion (2002), os princípios são a forma, o meio e a estrutura que conduz a disciplina ao alcance dos objetivos ou, em outros casos, ao entendimento de práticas que há muito tempo vêm sendo adotadas.

Os princípios fundamentais de contabilidade (nomenclatura revogada), segundo Ludícibus; Marion (2002, p.87): “São os conceitos básicos que constituem o núcleo essencial que deve guiar a profissão na consecução dos objetivos da Contabilidade, que consistem em apresentar informação estruturada para os usuários”.

Os princípios são a máxima das doutrinas e teorias que possuem relatividade com as disciplinas contábeis; premissas resultantes da contemplação de fenômenos econômicos. Por isso Niyama; Silva (2013), equipara os princípios ao arcabouço da teoria contábil e a doutrina que a fundamenta.

No Brasil, apenas em 1981 o Conselho Federal de Contabilidade divulgou a Resolução nº 530 definindo quais eram os princípios fundamentais de contabilidade (nomenclatura revogada). Mas pouco significou para os profissionais contábeis, pois o que prevalecia nas empresas e entre os contadores era identificar se as demonstrações financeiras atendiam ou não a legislação ou regulamentação vigente (NIYAMA; SILVA, 2013).

Diante da necessidade da fixação dos princípios vigentes no Brasil, a Resolução CFC nº 530/81 aprovou os princípios fundamentais de contabilidade (nomenclatura revogada), considerando assim, os conceitos e postulados gerais emanados da doutrina contábil.

Em 1993, a edição da Resolução nº 750 pelo Conselho Federal de Contabilidade definiu sete princípios – Entidade, Continuidade, Oportunidade, Atualização Monetária, Registro

pelo Valor Original, Competência e Prudência - representando um avanço. O Princípio da Atualização Monetária foi consequência da inflação elevada vivenciada na época pelo Brasil alcançando, em 1990, índices superiores a 1.800% ao ano (NIYAMA; SILVA, 2013).

A Resolução e os sete Princípios Fundamentais de Contabilidade (nomenclatura revogada), passaram a ser denominados somente Princípios de Contabilidade de acordo com a Resolução CFC nº. 1.282, sendo o Princípio da Atualização Monetária revogado, constituindo outra alteração delimitada nesta Resolução.

Para Souza (2012), a procura da imagem fiel e da verdadeira e exata visão das demonstrações contábeis, necessita de adequados sistemas normativos enquadrados nesse raciocínio, de maneira que sejam respectivos, o sistema com base em regras detalhadas e específicas, e o sistema com base nos princípios.

Ainda não há um sistema normativo capaz de atender igualmente ao sistema baseado em regras e ao sistema baseado em princípios de contabilidade.

De acordo com o Art. 2º, da Resolução CFC nº. 1.282/10:

Os Princípios de Contabilidade representam a essência das doutrinas e teorias relativas à Ciência da Contabilidade, consoante o entendimento predominante nos universos científico e profissional de nosso País. Concernem, pois, à Contabilidade no seu sentido mais amplo de ciência social, cujo objeto é o patrimônio das entidades.

Conforme o Art. 3º, da Resolução CFC nº. 1.282/10 “são Princípios de Contabilidade:

- A) o da ENTIDADE;
- B) o da CONTINUIDADE;
- C) o da OPORTUNIDADE;
- D) o do REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL;
- E) o da COMPETÊNCIA; e
- F) o da PRUDÊNCIA.

A Resolução CFC nº 750/93 determinava ainda como Princípio Fundamental de Contabilidade (nomenclatura revogada pela Resolução CFC nº. 1.282/10 para Princípios de Contabilidade) o Princípio da Atualização Monetária trazendo em seu Artigo 8º: “Os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros

contábeis através do ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais”.

Conforme Lopes; Martins (2005), o Princípio da Atualização Monetária reputava ser necessário a adequação dos números contábeis às tramitações no poder aquisitivo da moeda, base da evidenciação contábil.

Na verdade, atualização monetária não foi excluída pela Resolução CFC nº. 1.282, o que ocorreu foi a perda do *status* de princípio, visto que continua a ter aplicação como elemento das bases de mensuração dos componentes patrimoniais, passando a ser tratada nesta resolução dentro do princípio do registro pelo valor original como uma das espécies das variações do custo histórico.

A Resolução nº. 1.282 procurou direcionamento na alteração da antiga Resolução CFC nº 750 para a nova realidade da convergência internacional, e ainda revisando e atualizando certos conceitos considerados, em parte, defasados. Com a revisão e atualização dos conceitos, uma das primeiras das alterações trazidas pela Resolução CFC nº. 1.282: a alteração da nomenclatura Princípios Fundamentais de Contabilidade se deu porque segundo o Conselho, Princípios de Contabilidade é bastante para o entendimento dos usuários e profissionais contábeis.

#### *2.2.2.1. Princípio da Entidade*

A entidade contábil é um ente, demarcado juridicamente ou não, divisão ou conjunto de entidade ou empresas que necessitam de diferentes relatórios de receitas e despesas, investimentos e retornos, metas e realizações, independente aos relatórios feitos para pessoas físicas ou jurídicas interessadas em cada uma das entidades determinadas em cada ocasião (IUDÍCIBUS, 2009).

Na contabilidade, a entidade representa o grupo de recursos e pessoas norteados pelos objetivos referentes à sua missão na condição de organização (LOPES; MARTINS, 2005).

É típico dos negócios e das operações que sócios, proprietários ou quotistas de uma entidade também sejam entidades distintas. Nesse caso, é necessário considerar que na Contabilidade o patrimônio de uma pessoa física que venha a participar de outra entidade, como pessoa jurídica, pode ser entendido como uma entidade contábil (IUDÍCIBUS; MARION, 2002).

A entidade é o sujeito dos direitos e obrigações que formam o patrimônio. O Código Civil determina que o titular de um patrimônio seja necessariamente, pessoa, física ou jurídica, visto que só pode ser titular de direitos e obrigações jurídicas quem é dotado de personalidade. Por isso o patrimônio pertence à entidade, mas a recíproca não é verdadeira.

De acordo com a Resolução CFC nº. 1.282/10:

O Princípio da ENTIDADE reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por consequência, nesta acepção, o Patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição.

O Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON denomina o Princípio da Entidade como Postulado da Entidade Contábil enunciando: “A Contabilidade é mantida para as Entidades”.

O conceito de Entidade, no Princípio da Entidade, considera apenas a dimensão jurídica, a ideia principal é que o Patrimônio da Entidade é aquele delimitado juridicamente, a autonomia patrimonial é estabelecida na propriedade (NIYAMA; SILVA, 2013).

O Princípio da Entidade reconhece o patrimônio como objeto da Contabilidade e a autonomia patrimonial é afirmada assim como a necessidade de destacar um patrimônio particular dos demais patrimônios existentes, ainda que pertença a uma pessoa ou conjunto de pessoas ou sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos.

#### *2.2.2.2. Princípio da Continuidade*

As entidades, no requisito contábil, são julgadas empreendimentos em andamento, até a ocorrência de situação que comprove o contrário, sendo os ativos avaliados não pelo estado em que se encontram, mas conforme a potencialidade na geração de benefícios futuros à empresa, na contínua execução das transações (IUDÍCIBUS, 2009).

De acordo com a Resolução CFC nº. 1.282/10 em seu Artigo 5º (também alterado, a meio de tornar sua redação mais enxuta e de simples entendimento): “O Princípio da Continuidade pressupõe que a Entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a

mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância“.

A respeito da continuidade, o CPC 00 traz que:

As demonstrações contábeis normalmente são elaboradas tendo como premissa que a entidade está em atividade (*going concern assumption*) e irá manter-se em operação por um futuro previsível. Desse modo, parte-se do pressuposto de que a entidade não tem a intenção, nem tampouco a necessidade, de entrar em processo de liquidação ou de reduzir materialmente a escala de suas operações. Por outro lado, se essa intenção ou necessidade existir, as demonstrações contábeis podem ter que ser elaboradas em bases diferentes e, nesse caso, a base de elaboração utilizada deve ser divulgada.

Assim como no Princípio da Resolução CFC nº. 1.282, a Continuidade tratada no CPC 00 considera a continuação da operação da entidade futuramente, sendo assim, a mensuração e a apresentação dos componentes patrimoniais reputam essa determinante.

Para a contabilidade, a continuidade é a premissa de que certamente a entidade irá operar futuramente em um longo intervalo, e a premissa apenas é renunciada quando for constatado um histórico de prejuízos persistentes e a perda de substância econômica e de competitividade de mercado e o fim jurídico da sociedade, especialmente as entidades com duração determinada, que sinalizem uma provável descontinuidade daquela entidade (IUDÍCIBUS; MARION, 2002).

A continuidade presume que a vida da entidade é contínua e desempenhará suas atividades por período indeterminado, salvo dispositivo contrário, no caso de contrato ou lei, excepcionalmente, determinarem o prazo de duração da entidade, ou evidências que conduzam à conclusão da descontinuidade das operações.

A aplicação do Princípio da Continuidade é considerada indispensável pelo Conselho Federal de Contabilidade na avaliação e classificação das mudanças quantitativas e qualitativas do patrimônio e todos os aspectos que fazem referência aos valores dos ativos e passivos na entidade (LOPES; MARTINS, 2005).

Igualmente ao Princípio da Entidade, o conceito de continuidade é a sustentação dos princípios, pois sem a ideia principal de continuidade normal das operações não há razão na apropriação de depreciação pelo prazo de vida útil, nem na ativação de um gasto com, desenvolvimento para amortização em exercícios futuros (NIYAMA; SILVA, 2013).

No Princípio da Continuidade a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio consideram a circunstância de que a Entidade continuará operando futuramente.

Antes da atualização pela Resolução 1282/10, falava-se em extinção da entidade por prazo determinado, previsto ou previsível, mas com a consolidação da referida resolução a premissa é de que a entidade continuará em operação no futuro, pois trabalhar em uma entidade com a presunção de descontinuidade de suas operações elimina a razão de aplicar o princípio da competência no registro das suas transações.

### *2.2.2.3. Princípio da Oportunidade*

De acordo com a Resolução CFC nº. 1.282/10 em seu Artigo 6º: “O Princípio da Oportunidade refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas”.

Segundo o CPC 00, “Tempestividade significa estar a informação disponível a tempo de influenciar o usuário em sua decisão”.

A tempestividade determina o registro das variações no momento adequado, ainda na hipótese de incerteza de valores. Consiste em uma das características qualitativas, compreendidas no CPC 00, além da Comparabilidade, Verificabilidade e Compreensibilidade. A ausência da tempestividade no reconhecimento das transações impede a reflexão da visão justa e verdadeira da entidade, por isso, torna-se necessário adotar na contabilidade estimativas que produzam informações aproximadas da realidade econômica. Enquanto que a integridade relaciona-se à necessidade da confiança nos registros, ou seja, sem faltas, sem excessos.

Sobre o Princípio da Oportunidade, afirma Sá (1999, p. 89): “O princípio preocupa-se com matéria relativa ao registro contábil e com as caracterizações precisas das dimensionalidades relativas aos diversos fatos patrimoniais (tempo, causa, qualidade, quantidade; só exclui os problemas especiais, omitindo-se quanto a eles)”.

Para Lopes; Martins (2005), o princípio da oportunidade faz referência à tempestividade e à integridade da informação procedente da contabilidade e os registros patrimoniais devem ser feitos conforme a possibilidade de existência de estimativa razoável do fenômeno ensejando os aspectos quantitativos e qualitativos sempre referenciando a entidade.

Conforme Niyama; Silva (2013), o Princípio da Oportunidade pode ser confundido com o princípio da Competência, já que remetem ao raciocínio comum do reconhecimento das variações patrimoniais. Mas a Competência ressalta apenas o reconhecimento das

transações que afetam o patrimônio líquido – receitas e despesas – e a Oportunidade engloba todas as variações e as mutações patrimoniais.

O Princípio da Oportunidade diz respeito ao processo de mensuração e como os componentes patrimoniais apresentam-se para a produção de informações íntegras e tempestivas. A ausência de integridade e tempestividade ao produzir e divulgar a informação contábil possibilita a extinção da relevância, então, faz-se necessário considerar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação.

A relevância, de acordo com o CPC 00 “diz respeito à influência de uma informação contábil na tomada de decisões”. Informações relevantes são aquelas que exercem influência nas decisões econômicas dos usuários, auxiliando na avaliação do impacto de eventos passados ou na correção das suas avaliações anteriores ou auxiliando nos processos de previsão de resultados futuros.

#### *2.2.2.4. Princípio do Registro pelo Valor Original*

De acordo com a Resolução CFC nº. 1.282/10 em seu Artigo 7º: “O Princípio do Registro pelo Valor Original determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional”.

O valor original são as quantias contratadas nas transações com os sócios ou com terceiros, que podem originar os elementos componentes do patrimônio de uma entidade.

No princípio do registro pelo valor original, tratado de forma sucinta pelo trabalho do CFC, os componentes do patrimônio da organização devem ser registrados pelos valores originais das transações realizadas com o mercado, devendo estar expressos pela moeda do país em questão (LOPES; MARTINS, 2005).

Para Ludícibus (2009), o Princípio do Registro pelo Valor Original ordena o registro inicial dos componentes do patrimônio segundo valores ocorridos nas datas das transações acontecidas com o mundo exterior à entidade, firmando a base da avaliação patrimonial a determinação de um valor monetário de um componente patrimonial.

No Princípio do Registro pelo Valor Original, com a Resolução CFC nº. 1.282/10, foram incorporadas modificações já adotadas, de forma alternativa, no ambiente legal, regulamentar e normativo brasileiro (NIYAMA; SILVA, 2013).

O Princípio do Registro pelo Valor Original decreta o registro dos componentes patrimoniais, inicialmente, pelos valores originais das transações, manifesto em moeda nacional. Depois de integrado ao patrimônio, os componentes patrimoniais podem variar em decorrência os seguintes fatores: Custo Corrente; Valor Realizável; Valor Presente; Valor Justo; e Atualização Monetária.

Conforme a Resolução CFC nº. 1.282/10, no Custo Corrente:

Os ativos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais teriam de ser pagos se esses ativos ou ativos equivalentes fossem adquiridos na data ou no período das demonstrações contábeis. Os passivos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, não descontados, que seriam necessários para liquidar a obrigação na data ou no período das demonstrações contábeis.

Um ativo registrado inicialmente pelo custo histórico, terá valor corrente como sendo o desembolso suficiente para liquidá-lo no mercado na data das demonstrações. Contudo, é preciso considerar o ativo no estado em que se encontra. Da mesma forma, um passivo terá valor corrente como sendo o desembolso suficiente para liquidá-lo no mercado na data das demonstrações, sem desconto a valor presente.

No Valor Realizável, de acordo com a Resolução CFC nº. 1282/10 “os ativos são mantidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais poderiam ser obtidos pela venda em uma forma ordenada. Os passivos são mantidos pelos valores em caixa e equivalentes de caixa, não descontados, que se espera seriam pagos para liquidar as correspondentes obrigações no curso normal das operações da Entidade”.

O Valor Realizável do ativo seria a quantia arrecadada caso o mesmo fosse vendido em condições normais. Já o valor realizável, ou exigível, de um passivo seria o desembolsado, sem desconto a valor presente, para liquidá-lo.

No Valor Presente, de acordo com a Resolução CFC nº. 1282/10:

Os ativos são mantidos pelo valor presente, descontado do fluxo futuro de entrada líquida de caixa que se espera seja gerado pelo item no curso normal das operações da Entidade. Os passivos são mantidos pelo valor presente, descontado do fluxo futuro de saída líquida de caixa que se espera seja necessário para liquidar o passivo no curso normal das operações da Entidade.

Conforme a Resolução CFC nº. 1282/10, o Valor Justo é “o valor pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras, dispostas a isso, em uma transação sem favorecimentos” e a Atualização Monetária são “Os efeitos da alteração do



poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis mediante o ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais”.

O Valor Presente é o valor atual do fluxo futuro de caixa gerado pelo ativo. Já o Valor Justo corresponde ao valor pelo qual o ativo seria trocado ou o passivo quitado não havendo, entre as partes, favorecimento. E a Atualização Monetária, antigo princípio, é um dos requisitos para registro das variações do custo histórico.

#### *2.2.2.5. Princípio da Competência*

De acordo com o Artigo 9º, da Resolução CFC nº. 1.282/10: “O Princípio da Competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento”.

O regime de competência, conforme o CPC 00, “retrata com propriedade os efeitos de transações e outros eventos e circunstâncias sobre os recursos econômicos e reivindicações da entidade que reporta a informação nos períodos em que ditos efeitos são produzidos, independentemente dos recebimentos e pagamentos”.

Devem ser inclusos as receitas e as despesas na demonstração de resultado efetivamente no período em que ocorreram devendo, quando possível, estar correlacionadas (LOPES; MARTINS, 2005).

Visando o melhor entendimento do Princípio da competência, o Conselho Federal de Contabilidade determinou situações em que receitas são consideradas como realizadas – recebimento de dinheiro ou compromisso firme de recebimento, redução de passivos, aumento de ativos e por doações/subvenções (NIYAMA; SILVA, 2013).

Pelo Princípio da Competência os efeitos das transações e outros eventos são reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento. Este princípio conjectura a confrontação simultânea de receitas e despesas relacionadas.

#### *2.2.2.6. Princípio da Prudência*

A Resolução CFC nº. 1.282/10 traz em seu Artigo 10: “O Princípio da PRUDÊNCIA determina a adoção do menor valor para os componentes do ATIVO e do maior para os do

PASSIVO, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido”.

Iudícibus (2009) afirma que ao aplicar o Princípio da Prudência há restrição quanto às variações do patrimônio ocorridas após as transações originais com o mundo exterior, visto que decorrerão de acordo ou imposição dos agentes econômicos externos.

Segundo Niyama; Silva (2013), o Princípio da Prudência está fortemente vinculado ao conservadorismo característico do contador.

O Princípio da Prudência considera uso da precaução nos questionamentos relativos às estimativas que levantam incerteza, para que ativos e receitas não sejam superestimados e passivos e despesas subestimados, acarretando mais confiabilidade ao mensurar e apresentar os componentes do patrimônio.

O profissional contábil deve considerar o princípio da prudência ao avaliar o possível efeito de um evento sobre o patrimônio, diante de alternativas que consideradas igualmente possíveis de se materializar.

O Princípio da Prudência equipara-se à convenção apresentada pelo IBRACON como conservadorismo (LOPES; MARTINS, 2005). Nessa convenção, uma receita somente deve ser reconhecida quando realizada.

De acordo com o CPC 00 a prudência (conservadorismo) foi retirada da condição de aspecto da representação fidedigna por ser considerada inconsistente com a neutralidade, considerando que as “subavaliações de ativos e superavaliações de passivos, com consequentes registros de desempenhos posteriores inflados, são considerados incompatíveis com a informação que pretende ser neutra”.

### **2.3 Estudos Anteriores**

Os Princípios Fundamentais de Contabilidade (nomenclatura revogada) foram consubstanciados na Resolução nº 750, do Conselho Federal de Contabilidade, em 1993, no entanto, a adoção dos padrões internacionais e a busca por maior transparência favoreceu o surgimento de uma nova contabilidade, baseada em princípios, levando o CFC a atualizar os princípios de contabilidade através da Resolução nº 1.282.

Nesta seção serão destacados alguns estudos, em ordem cronológica, realizados durante o período de mudanças e que se referem ao tema abordado neste trabalho, dando enfoque ao

processo de convergência às normas internacionais de contabilidade no Brasil, aos Princípios de Contabilidade e a percepção de estudantes e profissionais da área contábil sobre o assunto.

Ensaio sobre algumas Raízes Profundas da Contabilidade, em Apoio aos Princípios Fundamentais (Iudícibus, 2007) é um artigo que apresenta um ensaio teórico sobre os principais fundamentos da Contabilidade, assim traduzidos como raízes dessa ciência. Ao final, observou-se o destaque de quatro grandes raízes: a prevalência da essência sobre a forma, a prevalência do todo sobre o individual, a prevalência da alocação sobre a valoração, e a prevalência da evolução sobre o “Status Quo” da contabilidade, e ainda que a Contabilidade evoluiu e continua evoluindo, tentando estar sempre próxima às realidades econômica, institucional, jurídica e social das várias épocas, e até antecipando-as.

O Perfil Profissional de Concluintes dos Cursos de Ciências Contábeis no Rio Grande do Sul (Pugues, 2008) é um estudo desenvolvido com o objetivo de conhecer o perfil pessoal, acadêmico e profissional de concluintes dos cursos de ciências contábeis de Instituições de Ensino Superior do Rio Grande do Sul. Ao final dos resultados obtidos, observa-se, entre outros dados, o destaque dos alunos que estão atuando, pela ascensão do contador perante a sociedade, pois este tem assumido sua responsabilidade social.

A Observância aos Princípios Fundamentais da Contabilidade para a Excelência Profissional (Silva, 2009) é uma pesquisa que traz aos usuários e demais interessados da área contábil, informações para o conhecimento dos pilares que sustentam o trabalho exercido pela ciência contábil. Concluiu-se que os princípios refletem toda base em que os profissionais se sustentam, e que o objetivo científico da contabilidade tem como principal manifestação, a correta apresentação do seu objeto de estudo, o patrimônio da empresa, bem como toda sua movimentação e mutações de bens e recursos financeiros, ao profissional contábil resta atingir perfeita compleição dos princípios e preocupar-se em atingir a excelência no trabalho.

A Importância da Padronização das Normas Contábeis Brasileiras (Carvalho, 2011) é um artigo que evidenciou a importância das novas normas contábeis para o nosso país, chegando à conclusão de que é cada vez mais crescente a necessidade de uma contabilidade atualizada tanto em seu contexto quanto em suas demonstrações e registros. Observou-se que o profissional contábil necessita estar atualizado, acompanhando a evolução e o novo rumo que a contabilidade está tomando, pois aquele profissional que parar no tempo irá perder espaço no mercado, que hoje busca agilidade, modernidade e conhecimento.

Princípios e Normas Brasileiras de Contabilidade: Percepções dos Empresários das Organizações Contábeis na Cidade de Salvador/Bahia (Silva; Pimentel; Araújo, 2011) é um trabalho que busca identificar a percepção dos empresários das organizações contábeis da cidade de Salvador na observância dos Princípios e Normas Brasileiras de Contabilidade para o exercício da profissão. Identificou-se no que diz respeito à importância dada a observância dos Princípios e Normas Brasileiras de Contabilidade, que deveria haver uma maior preocupação dos profissionais quanto à sua observação, pois 60% dos pesquisados aproximadamente, somente observam-nos quando têm dúvidas, e 40% observam sempre, o que realmente deveria ocorrer.

Processo de Convergência Contábil: Perspectivas e Desafios Enfrentados pelos Profissionais de Contabilidade no Estado de Pernambuco (Ferreira et al.,2012) é um artigo que investiga a percepção dos profissionais de Contabilidade no tocante ao processo de convergência às normas internacionais contábeis. Observou-se que os contadores em estudo estão buscando legitimar-se frente ao CFC e aos empresários, em relação ao processo de convergência contábil às normas internacionais, apesar disso os contadores concordam que, ainda não se sentem suficientemente atualizados, mas o processo de convergência promoverá uma maior valorização para o profissional contábil brasileiro.

A Percepção de Estudantes de Cursos de Ciências Contábeis em Relação ao Ensino da Disciplina Contabilidade Internacional e à Adoção das Normas Internacionais no Brasil (Armond; Avelino; Nascimento, 2014) é um trabalho que identificou a percepção de alunos de cursos de Ciências Contábeis em relação à disciplina Contabilidade Internacional e à adoção das normas internacionais de contabilidade pelo Brasil. Ao final, observou-se que a maioria dos estudantes de contabilidade afirmam conhecer as novas normas internacionais, apesar da disciplina Contabilidade Internacional, muitas vezes, não ser contemplada na grade curricular, o conhecimento das mudanças na contabilidade pode ser percebido abrangendo outras matérias.

### **3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS**

Os resultados alcançados, por meio da pesquisa realizada com 35 alunos concluintes do curso de Ciências Contábeis da UFCG da cidade de Sousa, estão apresentados neste capítulo. Os questionamentos objetivam atestar a percepção desses alunos sobre os princípios contábeis e suas alterações.

### 3.1 PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Tabela 1 – Gênero

	Frequência	%
Feminino	17	48,57
Masculino	18	51,43
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Nota-se maior participação de alunos concluintes do sexo masculino, porém a maioria é de apenas 1 respondente, percentualmente corresponde a 51,43% dos entrevistados.

Tabela 2 – Faixa etária

	Frequência	%
Até 22 anos	09	25,71
Entre 23 a 28 anos	19	54,29
Entre 29 a 34 anos	05	14,29
Acima de 34 anos	02	5,71
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

A Tabela 2 contém a idade dos alunos concluintes participantes da pesquisa, na qual 9 concluintes possuem até 22 anos, 19 possuem idade entre 23 a 28 anos, 5 estão entre 29 a 34 anos, e apenas 2 estão acima de 34 anos. Em dados percentuais, a maioria dos concluintes, entre 23 a 28 anos, corresponde a 54,29%.

**Tabela 3 – Tempo que está cursando Ciências Contábeis**

	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
09 períodos	25	71,43
De 10 a 12 períodos	07	20,00
De 13 e 14 períodos	03	8,57
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Quanto ao tempo de curso, 25 concluintes, maioria percentual de 71,43% estão bloqueados, enquanto que, 7 estão cursando de 10 a 12 períodos, e 3 estão de 13 a 14 períodos, todos fora da bloqueagem por motivos diversos.

### 3.2 ANÁLISE DOS PRINCÍPIOS CONTÁBEIS E SUAS ALTERAÇÕES

A questão 1 correspondia a quantidade de disciplinas obrigatórias, identificadas pelos respondentes, como estabelecedoras de relação entre o conteúdo ministrado pelo docente e os Princípios de Contabilidade.

**Tabela 4 – Disciplinas obrigatórias e os princípios de contabilidade**

	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
De 01 a 05 disciplinas	19	54,29
Acima de 05 disciplinas	14	40,00
Não sei responder	02	5,71
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Como é possível visualizar através da Tabela 4, a maioria, composta por 54,29%, identificou relação entre o conteúdo ministrado e os Princípios de contabilidade entre 01 a 05 disciplinas, e 40% dos respondentes, parcela considerável, identificaram a relação em mais de cinco disciplinas, alternativa pretendida a ser escolhida, já que os princípios são a máxima das doutrinas e teorias norteadoras da profissão contábil.

A questão 2 solicitava dos respondentes o princípio revogado pela Resolução CFC nº 1282/10. A resposta correta da questão seria o Princípio da Atualização Monetária, que perdeu o *status* de princípio, e passou a ser tratada dentro do princípio do registro pelo valor original como uma das espécies das variações do custo histórico.

**Tabela 5 – Princípio revogado pela Resolução CFC nº 1282/10**

	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Princípio da Atualização Monetária	17	48,57
Princípio da Prudência	12	34,29
Não sei responder	06	17,14
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Como pode ser visualizado por meio da Tabela 5, a inclusão de mais uma informação ao problema em questão, no que diz respeito à característica qualitativa da Materialidade, as respostas não atendem ao que se esperava, pois 12 concluintes escolheram a alternativa incorreta e 6 não souberam responder, totalizando em termos percentuais 51,43%.

Na questão 3, os respondentes foram submetidos ao julgamento de um dos deveres do profissional de contabilidade presente no Código de Ética Profissional do Contador que fala sobre exercer a profissão com zelo, diligência e honestidade, observada a legislação vigente e resguardados os interesses de seus clientes e/ou empregadores, sem prejuízo da dignidade e independência profissionais. Os respondes demonstraram afinidade com o Código de Ética Profissional do Contador, já que o número de acertos correspondeu a 94,27%.

**Tabela 6 – Código de Ética Profissional do Contador**

	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Certo	33	94,28
Errado	01	2,86
Não sei responder	01	2,86
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

A questão 4, cujas respostas estão representadas na Tabela 6, submete o julgamento da recíproca da frase “o PATRIMÔNIO pertence à ENTIDADE” como verdadeira ou falsa. O Patrimônio pertence sim à Entidade, mas a recíproca não é verdadeira, já que soma ou agregação contábil de patrimônios autônomos não resulta em nova ENTIDADE, mas em uma unidade de natureza econômico-contábil.

**Tabela 7 – Princípio da Entidade**

	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Certo	18	51,43
Errado	14	40,00
Não sei responder	03	8,57
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Através da Tabela 7 é possível visualizar que a maioria, percentual superior a 50%, fez a escolha pela alternativa incorreta, mostrando falta de conhecimento desses alunos concluintes a respeito do Princípio da Entidade.



Na questão 5, é dada a definição do Princípio da Continuidade, Princípio de Contabilidade que retoma a continuidade das operações da entidade no futuro e a circunstância é considerada na mensuração e apresentação dos componentes do patrimônio.

**Tabela 8 – Princípio da Continuidade**

	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Entidade	02	5,71
Continuidade	31	88,58
Não dei responder	02	5,71
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

A visualização da Tabela 8 mostra o alto percentual direcionado à alternativa correta, mostrando entendimento dos respondentes ao Princípio da Continuidade sobre a concordância de que a entidade é contínua e prosseguirá em operação no futuro.

A questão 6 faz referência ao que a falta de integridade e tempestividade na produção e divulgação da informação contábil pode ocasionar.

**Tabela 9 – Princípio da Oportunidade**

	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
A perda de sua confiabilidade	13	37,14
A perda de sua relevância	18	51,43
Não sei responder	04	11,43
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

De acordo com o que pode ser visualizado através da Tabela 9, a maioria dos alunos respondeu corretamente, porém, os que optaram pela alternativa errada e os que não souberam responder corresponde a um percentual de aproximadamente 50% que não demonstra preocupação com a perda da relevância caso as informações produzidas e divulgadas não sejam íntegras e tempestivas.

Na questão 7, são solicitadas as diferentes formas como as bases mensuração, em graus distintos e combinados, ao longo do tempo, devem ser utilizadas: o Custo Histórico e a Variação do Custo Histórico.

**Tabela 10 – Custo Histórico e Variação do Custo Histórico**

	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Custo Histórico e Variação do Custo Histórico	18	51,43
Valor Realizável e Valor Presente	10	28,57
Não sei responder	7	20,00
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

51,43% apontaram as formas corretas. A alternativa Valor Realizável e Valor Presente pode ter ocasionado confusão, pois estes são fatores que podem causar variações nos componentes patrimoniais, ativos e passivos, integrados ao patrimônio.

A questão 8 refere-se ao princípio pelo qual o registro inicial dos componentes patrimoniais devem ser pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional. Em duas das três alternativas apresentadas havia nomes de dois princípios, o da Competência e do Registro pelo Valor Original, sendo este o referenciado na questão.

**Tabela 11 – Princípio do Registro pelo Valor Original**

	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Da competência	6	17,14
Do Registro pelo Valor Original	28	80,00
Não sei responder	1	2,86
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Como pode ser visualizado através da Tabela 11, exatamente 80% dos respondentes optaram pela alternativa correta, mostrando que os mesmos dominam o enunciado no artigo 7º da Resolução CFC nº 1.282, que trata do Princípio do Registro pelo Valor original.

A questão 9 faz referência a conduta profissional de constituição das provisões de férias, décimo terceiro salário e dividendos propostos. As alternativas apontam como uma conduta que atende: ao Princípio da Competência e do Registro pelo Valor Original, sendo a primeira opção a correta.

**Tabela 12 – Princípio da Competência**

	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Da Competência	28	80,00
Do Registro pelo valor Original	03	8,57
Não sei responder	04	11,43
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Observa-se na Tabela 12, que 80% dos respondentes, grande maioria, interpretaram corretamente a conduta proposta de maneira que pudessem aplicar a um dos princípios, no caso o Princípio da Competência.

Na questão 10 o respondente foi questionado quanto ao procedimento, determinado pelo princípio da Prudência, a se tomar sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido, que consiste na adoção do menor valor para os componentes do Ativo e do maior para os do Passivo.

**Tabela 13 – Princípio da Prudência**

	Frequência	%
Do menor valor para os componentes do ATIVO e do maior para os do PASSIVO	21	60,00
Do maior valor para os componentes do ATIVO e do menor para os do PASSIVO	06	17,14
Não sei responder	08	22,86
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Observando a Tabela 13, nota-se que a maioria, compreendida pelo percentual de 60% respondeu de forma correta, indicando atenção destes para com a redação do artigo 10 da Resolução CFC nº 1.282 sobre o Princípio da Prudência.

A questão 11 interrogava os respondentes sobre suas participações ou não em cursos ou palestras específicos que tiveram como tema os Princípios de Contabilidade.

**Tabela 14 – Participação em curso/palestra sobre princípios**

	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Sim	14	40
Não	20	57,14
Não sei responder	1	2,86
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Visualizando a Tabela 14, o número de alunos concluintes, que participaram de algum curso ou palestra relativo aos Princípios de Contabilidade é inferior ao número que representa os que não participaram e os que não souberam responder. Esperava-se que por serem concluintes e mais próximos de atuarem na área contábil esses alunos buscassem aperfeiçoamento e conhecimento teórico para aplicarem na prática de atividades contábeis.

A questão 12 solicita que os alunos concluintes expressem seu nível de segurança, como futuro profissional da área contábil, para adotar uma contabilidade baseada nos Princípios de Contabilidade.

**Tabela 15 – Nível de segurança**

	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Completamente seguro	7	20,00
Segurança Insuficiente	26	74,29
Não sei responder	2	5,71
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Como pode ser visualizado na Tabela 15, o nível de segurança insuficiente predomina entre os alunos concluintes do Curso de Ciências Contábeis da UFCG na cidade de Sousa, representando 74,29% dos respondentes. Vale ressaltar ainda os que não souberam responder ao questionamento podem ser interpretados como de nível de segurança regular por possivelmente apresentarem-se omissos.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A finalidade da contabilidade consiste em fornecer informações relevantes para que os seus diversos usuários possam proceder ao processo de tomada de decisão.

Para que essa informação esteja na nova proposta de contabilidade imposta pelos padrões internacionais de contabilidade precisa estar em consonância com princípios, no Brasil esses princípios estão consolidados pela Resolução CFC nº 1.282/10.

O presente trabalho, realizado por meio de pesquisa com os alunos concluintes do curso de ciências contábeis da UFCG da cidade de Sousa, buscou analisar a percepção desses alunos em relação às alterações dos princípios contábeis; verificar as principais alterações ocorridas na Resolução CFC nº 750/93 com a aprovação da Resolução CFC nº 1282/10; identificar o quantitativo de disciplinas ofertadas que estejam relacionadas aos princípios de contabilidade; e consultar estudos relacionados à contabilidade baseada em princípios.

Com fundamento no instrumento de coleta de dados adotado, as conclusões permitem fazer um comparativo entre as perguntas que compõem o questionário, identificando inicialmente que, conforme a maioria os alunos entrevistados, de 01 a 05 disciplinas do curso de Ciências Contábeis da UFCG apresentam relação entre o conteúdo ministrado pelo docente e os Princípios de Contabilidade. O adequado seria que os princípios fossem identificados em mais disciplinas, já que consistem no arcabouço teórico da ciência contábil.

Com relação ao princípio revogado pela Resolução CFC nº 1282 percebe-se a falta de atenção dos alunos quanto à nomenclatura expressa na resolução, pois entre os que apontaram ser o Princípio da Prudência o revogado e os que não souberam responder, obtemos um percentual superior ao dos que apontaram o Princípio da Atualização Monetária, o que de fato foi revogado. As respostas contrastaram com o resultado da questão onde os alunos em sua maioria demonstraram conhecer o texto referente ao Princípio da Prudência na resolução.

Sobre o Código de Ética Profissional do Contador o resultado apontou alto grau de conhecimento dos alunos concluintes quanto ao dever do profissional de exercer a profissão com zelo, diligência, honestidade e capacidade técnica, observando a legislação vigente, inclusive os princípios e as Normas Brasileiras de Contabilidade, constituindo um caráter ético aos futuros profissionais contábeis em estudo.

Os princípios que os alunos demonstraram maior afinidade de acordo com o texto da Resolução CFC nº 1282 foram os Princípios da Continuidade, do Registro pelo Valor Original, da Competência e como já ressaltado, o da Prudência.

Em análise às respostas apresentadas, pode-se dizer que comparado ao resultado esperado os concluintes apresentaram um nível de conhecimento insatisfatório no que tange os Princípios de Contabilidade.

Os resultados também demonstraram a participação da maioria desses alunos em cursos ou palestras sobre os Princípios de Contabilidade, porém em número não esperado, o que pode contribuir para o nível de conhecimento insatisfatório dos concluintes e o alto nível de segurança insuficiente quanto à adoção da contabilidade baseada em princípios apontado pelos próprios alunos entrevistados.

Os alunos necessitam buscar o aperfeiçoamento frente aos princípios de contabilidade, pois o novo panorama contábil seleciona os profissionais que estejam capacitados ao usar o subjetivismo e tomar decisões norteadas pelos princípios, já que declararam nível de conhecimento insuficiente quanto à aplicação dos princípios.

Dessa maneira, como contribuição para trabalhos futuros, recomenda-se a aplicação do questionário em outras instituições de ensino superior, além de avaliar a relação estabelecida entre o conteúdo ministrado pelos docentes e os Princípios de Contabilidade em nível mais avançado de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso.



## REFERÊNCIAS

- ARMOND, Márcio Castellan; AVELINO, Bruna Camargos; NASCIMENTO, Eduardo Mendes. **A Percepção de Estudantes de Cursos de Ciências Contábeis em Relação ao Ensino da Disciplina Contabilidade Internacional e à Adoção das Normas Internacionais no Brasil**. In: XI CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE. São Paulo: USP, 2014. Disponível em: < [www.congressousp.fipecafi.org](http://www.congressousp.fipecafi.org) >. Acesso em: 20 Fev, 2015.
- BRASIL, Resolução CFC n. 774/94, de 16 de dezembro de 1994. **Aprova o Apêndice à Resolução sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade**.
- BRASIL, Resolução CFC n. 803/96, de 10 de outubro de 1996. **Aprova o Código de Ética Profissional do Contador – CEPC**.
- BRASIL, Resolução CFC n. 1.282/10, de 28 de maio de 2010. **Atualiza e consolida os dispositivos da Resolução CFC nº 750/93, que dispõe sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade**.
- CARVALHO, Camila Gomes de; GREGO, Nivaldo. **A Importância da Padronização das Normas Contábeis Brasileiras**. In: VI ENCONTRO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA. Campo Mourão: FECILCAM/NUPEM, 2011. Disponível em: < [www.fecilcam.br](http://www.fecilcam.br) >. Acesso em: 20 Fev, 2015.
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC** (2010). Disponível em: <[www.cpc.org.br](http://www.cpc.org.br)>. Acesso em: 03 Dez, 2014.
- Deliberação CVM n. 29, de 05 de fevereiro de 1986. **Aprova e referenda o pronunciamento do Instituto Brasileiro de Contadores - IBRACON, sobre Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade**.
- FERREIRA, Tarciana Borges *et al.*. **Processo de Convergência Contábil: Perspectivas e Desafios Enfrentados pelos profissionais de Contabilidade no Estado de Pernambuco**. Disponível em: < [www.seer.ufal.br](http://www.seer.ufal.br) >. Acesso em: 20 Fev, 2015.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Ensaio sobre Algumas Raízes Profundas da Contabilidade, em Apoio aos Princípios Fundamentais**. Disponível em: < [www.revistas.usp.br](http://www.revistas.usp.br) >. Acesso em: 20 Jan, 2015.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Introdução à Teoria da Contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

KAUARK, Fabiana da Silva; MANHÃES, Fernanda Castro; MEDEIROS, Carlos Henrique. **Metodologia da Pesquisa**: Guia Prático. Itabuna, BA: Via Litterarum, 2010. Disponível em: <www.professormatheus.com.br>. Acesso em: 07 Jan, 2014.

LIMA, João Batista Nast de. **A Relevância da Informação Contábil e o Processo de Convergência para as Normas IFRS no Brasil. 2011**. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.

LIMA, Igor Gabriel; NASCIMENTO, José Orcélio do. **Contabilidade Internacional**: Um estudo acerca da classificação dos sistemas contábeis G5 e G7. In: VII CONVIBRA ADMINISTRAÇÃO – CONGRESSO VIRTUAL BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO, 2010. Disponível em: <www.convibra.com.br>. Acesso em: 29 Dez. 2014.

LOPES, Alexsandro Broedel; MARTINS, Eliseu. **Teoria da Contabilidade**: Uma Nova Abordagem. São Paulo: Atlas, 2005.

MACEDO, Marcelo Alvaro da Silva; MACHADO, Márcio André Veras; MURCIA, Fernando Dal Ri; MACHADO, Márcia Reis. **Análise do impacto da substituição da DOAR pela DFC: um estudo sob a perspectiva do value-relevance**. In: IV Congresso ANPCONT. Natal, 2010. Disponível: <www.scielo.br >. Acesso em: 05 Fev, 2015.

MAGALHÃES, Alessandra Isabel Ávila; DIAS, Bruno Tadeu Faria; MACEDO, Daniela Cristina de Paula; GUIMARÃES, Sueane Gomes. **Evolução dos Princípios Contábeis**. Disponível em: <www.unihorizontes.br >. Acesso em: 29 Jan, 2015.

MARTINS JUNIOR, Joaquim. **Como escrever trabalhos de conclusão de curso**: instruções para planejar e montar, desenvolver, concluir, redigir e apresentar trabalhos. 1. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

NIYAMA, Jorge Katsumi. **Contabilidade Internacional**. São Paulo: Atlas, 2009.

NIYAMA, Jorge Katsumi; SILVA, Cesar Augusto Tibúrcio. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2013.

NUNES, Igor Vieira; COSTA, Patrícia de Souza. **Análise do Nível de Conhecimento dos Discentes do Curso de Ciências Contábeis a Respeito da Estrutura Conceitual**. In: XXX CONFERÊNCIA INTERAMERICANA DE CONTABILIDADE, 2013. Disponível em: <www.cpcecba.org.ar >. Acesso em: 27 Jan, 2014.

PAGANOTTO, Juliane Fank; ROSSONI, Estela Pitwak; RIBEIRO, José Francisco Filho. Uma Investigação sobre o nível de conhecimento e observância da aplicação dos princípios fundamentais de contabilidade em escritórios de contabilidade. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade - REPeC**. Brasília, n.2, p. 94-110, mai/ago/2007.

PAIVA, Paulo Roberto de. **Contabilidade Ambiental**: Evidenciação dos Gastos Ambientais com Transparência e Focada na Prevenção. São Paulo: Atlas, 2009.

PUGUES, Laurise Martha. **Estudo sobre o Perfil dos Egressos dos Cursos de Ciências Contábeis do Estado do Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008.

SÁ, Antônio Lopes de. **Princípios Fundamentais de Contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SÁ, Antônio Lopes de. **Teoria da contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SÁ, Antônio Lopes de. **Princípios Fundamentais de Contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SACHUK, Maria Iolanda; SHINZAKI, Keiko. Projetos pedagógicos dos Cursos de Ciências Contábeis: depositários ou criadores de conhecimento?. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 18, n. 4, p. 105-128, 2007.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da; PIMENTEL Isac Guimarães; ARAÚJO, Flamaryon Cardoso de. **Princípios e Normas Brasileiras de Contabilidade: Recepções dos Empresários das Organizações Contábeis da Cidade de Salvador/Bahia**. Disponível em: < e-revista.unioeste.br >. Acesso em: 21 Fev, 2015.

SILVA, Elvis Magno da. **A Observância aos Princípios Fundamentais da Contabilidade para a Excelência Profissional**. Disponível em: < www.inicepg.univap.br >. Acesso em: 20 Fev, 2015.

SILVA, Ricardo Luiz Menezes da Silva; NARDI, Paula Carolina Ciampaglia. **A Adoção Completa das IFRS no Brasil reduz o Custo de Capital Próprio?**. In: VIII CONGRESSO ANPCONT. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <www.furb.br>. Acesso em: 05 Fev, 2015.

SOUZA, Silney de. **Seguros: contabilidade, atuária e auditoria**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

## APÊNDICE



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

### **PESQUISA DE GRADUAÇÃO**

**A ALTERAÇÃO NOS PRINCÍPIOS CONTÁBEIS SOB A PERCEPÇÃO DOS ALUNOS  
CONCLUINTE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UFCEG CAMPUS SOUSA  
QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA**

#### **1ª PARTE – DADOS DOS ENTREVISTADOS**

1. Sexo:

- a. ( ) Masculino
- b. ( ) Feminino

2. Faixa etária:

- a. ( ) Até 22 anos
- b. ( ) De 23 a 28
- c. ( ) De 29 a 34
- d. ( ) Acima de 34 anos

3. Tempo que está cursando Ciências Contábeis:

- a. ( ) 09 períodos
- b. ( ) De 10 a 12 períodos
- c. ( ) De 13 a 14 períodos

## 2ª PARTE – PRINCÍPIOS DE CONTABILIDADE

1. Em quantas disciplinas obrigatórias você identificou a relação entre o conteúdo ministrado pelo docente e os Princípios de Contabilidade?

- De 01 a 05 disciplinas
- Acima de 05 disciplinas
- Não sei responder

2. A Resolução CFC nº 750/93 determinava sete princípios de contabilidade, sendo um deles revogado pela Resolução CFC nº 1282/10. Que princípio é este?

- O da ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA
- O da PRUDÊNCIA
- Não sei responder

3. É dever do Profissional da Contabilidade determinado pela Resolução CFC nº 1.307/10, que aprova o Código de Ética Profissional do Contador, exercer a profissão com zelo, diligência, honestidade e capacidade técnica, observada toda a legislação vigente, em especial aos Princípios de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade, e resguardados os interesses de seus clientes e/ou empregadores, sem prejuízo da dignidade e independência profissionais.

- Certo
- Errado
- Não sei responder

4. De acordo com o Princípio da Entidade, o PATRIMÔNIO pertence à ENTIDADE, sendo a recíproca verdadeira.

- Certo
- Errado
- Não sei responder

5. A Entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância, é o que pressupõe o Princípio:

- Da Entidade
- Da Continuidade
- Não sei responder

6. Pelo Princípio da OPORTUNIDADE, a falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar:

- A perda de sua confiabilidade
- A perda de sua relevância
- Não sei responder

7. Conforme O Princípio do REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL as bases de mensuração que devem ser utilizadas, em graus distintos e combinadas, ao longo do tempo, de diferentes formas, são:

- Custo Histórico e Variação do Custo Histórico
- Valor Realizável e Valor Presente
- Não sei responder

8. Os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional. O texto faz referência ao que determina o Princípio:

- Da COMPETÊNCIA
- Do REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL
- Não sei responder

9. A constituição das provisões para férias, décimo terceiro salário e dividendos propostos é uma conduta profissional que atende ao Princípio:

- Da COMPETÊNCIA
- Do REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL
- Não sei responder

10. Obedecendo ao Princípio da PRUDÊNCIA, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido determina-se a adoção:

- Do menor valor para os componentes do ATIVO e do maior para os do PASSIVO
- Do maior valor para os componentes do ATIVO e do menor para os do PASSIVO
- Não sei responder

11. Você participou de algum curso/palestra específico relativo aos Princípios de Contabilidade?

- Sim
- Não
- Não sei responder

12. Qual o seu nível de segurança, como futuro profissional da área contábil, para adotar uma contabilidade baseada nos Princípios de Contabilidade?

- Completamente seguro
- Segurança Insuficiente
- Não sei responder

**Graduado: SARMENTO, Iran Ronnyê Furtado**  
**Tel.: (83) 8731 4282 / 9993 4788**  
**E-mail: ronny\_sarmento@hotmail.com**